

Introdução

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. Introdução. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 19-42. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6. <https://doi.org/10.7476/9788575115152.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

PERCURSOS E BIFURCAÇÕES

Esta pesquisa debruçou-se sobre o processo de construção da população designada, no momento do estudo, LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Dei início à investigação seguindo a perspectiva de que a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobriria uma espécie de “coletividade imaginada”, parafraseando Benedict Anderson (2008 [1983]), produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos, como, por exemplo, o dos direitos humanos.¹

¹ Guardados os devidos distanciamentos entre a conceituação de Anderson (2008) e o que me proponho a fazer aqui, utilizo a parafrase das “coletividades imaginadas” de maneira livre. Penso em uma aproximação com as “comunidades imaginadas” do autor em relação a três sentidos: i) a “criação imaginativa” de um nós comum; ii) no sentido de que a essa imaginação não se opõe uma comunidade “verdadeira”; e iii) no sentido de que, ao ser imaginada, é iniciado um processo de produção de fronteiras, limites e adaptações de significados que virão a conformar a aparência natural dessa imaginação. Para pensar o movimento social, considero interessante retomar um aspecto do balanço crítico da abordagem dos “movimentos sociais na América Latina” realizado por Cardoso (1987). Naquele momento, a autora apontava para uma tendência das análises da área a não mencionarem aspectos como “o desenrolar do processo de negociação com as instâncias governamentais, os mecanismos internos de formação de opinião, os conflitos quanto às táticas de ação etc.”. Nesse sentido, chama a atenção para o fato de que os movimentos sociais só

Isso implicou voltar a atenção não apenas para o processo de legitimação da identidade coletiva LGBT e para os processos e as gramáticas sociais e políticas que a tornam possível no cenário atual, mas também para as dinâmicas de especificação dos segmentos que a compõem: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Invisto em uma análise que, a partir das estratégias políticas dos atores envolvidos nos debates em torno dos “direitos LGBT” ou “direitos da pessoa LGBT” (Rios, 2008), considera processos de criação e recriação de morfologias de Estado, mantendo como pano de fundo a questão de como certos “direitos” corporificam certas “identidades”, e vice-versa.

O desenvolvimento da pesquisa esteve sempre alicerçado em minha trajetória de formação acadêmica e profissional. Desde a graduação venho trabalhando com questões relacionadas à (homo)sexualidade, ao gênero, à cor/raça e à mestiçagem. Analisar o entrecruzamento de diversas marcas de diferenciação social – e possíveis eixos constituintes de desigualdades² – tem se mostrado uma tarefa bastante complexa. Por ocasião de minha dissertação de mestrado, conduzida em uma favela do Rio de Janeiro,³ busquei indicar alguns caminhos de reflexão a partir de uma análise etnográfica dessas questões. Investi em explorar usos, sentidos e manipulações de categorias referentes à cor/raça e à homossexualidade presentes nas relações da vida cotidiana da localidade.

Ao observar as formas como homossexualidade e cor/raça apareceram durante o trabalho realizado no mestrado, uma das hipóteses apresentadas foi a de que, na adaptação do discurso de certas

formam uma impressão de unidade quando olhados de fora; se o foco for colocado em suas diferenças, essa aparência de objeto uniforme se fragmenta. A partir daí, a autora aborda a necessidade de “uma análise mais cuidadosa das relações entre Estado e Sociedade nos nossos países” e indica que “não são os fenômenos singulares que devem ser comparados, mas sim os processos”.

² Sigo a perspectiva de que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (Brah, 2006, p. 351).

³ A pesquisa foi conduzida na favela de Rio das Pedras, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A localidade apresenta certas características particulares, como a ausência do tráfico armado de drogas e a intensa migração nordestina, fatores que contribuem para a conformação de configurações específicas no que tange a questões relacionadas a (homo)sexualidade, gênero, cor/raça e mestiçagem (Aguião, 2004, 2007, 2011).

políticas de identidade – veiculado por instâncias como o governo, movimentos sociais e, de outro modo, a academia – às práticas da vida diária, firmava-se uma dissonância, pois eram formulações que surgiam no campo da pesquisa um tanto desconcertadas em relação à sua construção original. Assim, a intenção inicial do projeto que originou a presente pesquisa foi deslocar o foco etnográfico de um campo microlocalizado para um campo político mais amplo de análise.

Durante a graduação e o mestrado, trabalhei como assistente de pesquisa do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS-UERJ), em projetos que olhavam para os mesmos temas em diferentes escalas (nacionais e internacionais).⁴ Após a conclusão do mestrado, participei de uma pesquisa⁵ voltada para a reflexão acerca da constituição de políticas governamentais direcionadas à concretização e à regulação dos “direitos culturalmente diferenciados” e dos *direitos especiais*⁶, a partir da Constituição de 1988. Pouco tempo depois, passei a trabalhar também em dois projetos de pesquisa e desenvolvimento de ações de prevenção ao HIV/Aids do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT.⁷ Por meio desse grupo, passei a ter contato com a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SuperDir),⁸ que compõe hoje a estrutura da Secretaria de Assistência

⁴ Projeto “Relations among ‘race’, sexuality and gender in different local and national contexts”, coordenação de Laura Moutinho; projeto “Heterossexualidades: contracepção e aborto”, coordenação de Maria Luiza Heilborn; projeto “Razão, afetividade e desejo: uma análise dos relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais entre homossexuais no Rio de Janeiro”, coordenação de Laura Moutinho; projeto “Dados sobre comportamentos sexuais no Brasil”, coordenação de Laura Moutinho e Sérgio Carrara.

⁵ Projeto “Políticas para a diversidade e os novos sujeitos de direitos: estudos antropológicos das práticas, gêneros textuais e organizações de governo”. Laced/MN-UFRJ e PPGA/UFF. Coordenação de Antonio Carlos de Souza Lima, Adriana Vianna, Eliane Cantarino O’Dwyer. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2006 e 2013. Disponível em: http://www.laced.etc.br/projetos_politicas_diversidade.htm.

⁶ Tomo de empréstimo a definição de Rios (2006, p. 91), segundo a qual direitos especiais “seriam todas as previsões protetivas de discriminação elaboradas pela legislação ordinária e não previstas expressamente na Constituição”. Nesse sentido, o estabelecimento de tais direitos seria uma forma de concretizar o princípio geral de igualdade em situações sócio-históricas de existência de grupos privilegiados e oprimidos em uma mesma sociedade.

⁷ O grupo foi fundado em 1993 e é registrado como uma associação civil sem fins lucrativos, com o nome de Grupo Arco-Íris de Consscientização Homossexual. Entretanto, em meados da primeira década dos anos 2000, adotou como nome fantasia Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT.

⁸ Segundo um boletim divulgado em 2007, a “Superdir iniciou suas ações de combate à discriminação e à promoção da cidadania junto à população GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV-Aids, tuberculose e hepatites); comunidades de religiões de

Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, e cujo superintendente, durante todo o período da pesquisa, seria integrante e ex-presidente do Grupo Arco-Íris e ex-diretor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O período em que me aproximei do trabalho da SuperDir coincidiu com a mobilização provocada por um decreto presidencial de novembro de 2007, que convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse decreto expunha como objetivos da conferência: “I – propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT; e II – avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia”. Além disso, estabelecia uma data em 2008 para a realização da reunião e, ainda, que a eleição dos delegados participantes seria conduzida durante conferências estaduais e regionais ocorridas antes da nacional.

A partir de então, comecei a acompanhar mais sistematicamente as etapas que antecederam a I Conferência Nacional GLBT – que, no estado do Rio de Janeiro, foram organizadas pela SuperDir – e a mapear outras ações localizadas nas (ou propostas por) esferas governamentais que se referissem ou tivessem como público principal a chamada “população LGBT”. A primeira conferência do estado do Rio de Janeiro foi antecedida por nove conferências regionais, organizadas de acordo com a subdivisão por região geopolítica do estado. Nessas conferências, foram discutidas e definidas propostas para cada sub-região, assim como eleitos – em número proporcional à população da região – os delegados que participariam da etapa estadual. Ainda em 2008, estive como observadora da pré-conferência da capital do Rio de Janeiro, assim como da etapa estadual e, finalmente, da nacional,⁹ que teve

matrizes africanas; comunidade judaica e outras populações discriminadas em razão de sua nacionalidade, origem, religiosidade, além das intolerâncias correlatas e das múltiplas formas de discriminação”.

⁹ Pré-Conferência de Políticas Públicas para GLBT da Capital da Cidade do Rio de Janeiro, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 5 de abril de 2008; I Conferência de Políticas Públicas para GLBT do Estado do Rio de Janeiro, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em maio de 2008; I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília, em junho de 2008.

como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)". Foi por conta da experiência em acompanhar essas conferências que construí o projeto inicial que deu origem à minha tese de doutorado, agora transformada neste livro.

Explicitar a minha trajetória anterior ao início da pesquisa justifica-se não apenas no sentido de retomar o processo que originou a sua proposta, mas também por reconhecê-lo e incorporá-lo como parte da reflexão desenvolvida. Essa experiência inscreve-se em um campo ético-político complexo e profundamente desafiador. Não se trata exatamente de refletir sobre os modos de representação etnográfica – embora seja de grande rendimento heurístico a ideia de que os textos etnográficos compõem "um sistema complexo de relações".¹⁰ O lugar que venho ocupando como pesquisadora se inscreve em um momento histórico específico para o qual confluem diversos fenômenos que espero poder colocar em perspectiva ao longo do texto.

De fato, conta nesse sentido a angústia que ronda os pesquisadores que se propõem a estudar a dinâmica do campo político e adquirem, de súbito, a consciência das ambiguidades de suas descrições em relação à imagem e aos objetivos do grupo pesquisado.¹¹ Anos atrás, Gregori (1993a) já chamava a atenção para a complexidade da posição ou do lugar militante/pesquisador. Se, por um lado, a inserção no movimento enriquece o trabalho etnográfico, por outro, a tradicional identificação do antropólogo com seu objeto de estudo pode nublar a riqueza etnográfica do processo. Fundamental, nesse sentido, é "ler, reler, cruzar informações, suspeitar dos detalhes que nos parecem óbvios, observar gestos aparentemente banais e interpretar a cadeia de significados que se situa no imbricamento entre 'falas', discursos, gestos e ações" (Gregori, 1993a, pp. 17-8).

De forma mais tangencial, chamo a atenção, desse modo, para a minha experiência de trabalho no CLAM,¹² uma das instituições

¹⁰ Cf. Clifford (1998).

¹¹ Ver, sobre o tema, Brites e Fonseca (2006).

¹² Nos países em que atua, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) vem se firmando como um centro de pesquisa cujo esforço é o de estabelecer redes de diálogo

colaboradoras na elaboração do programa federal Brasil Sem Homofobia (BSH) e onde, entre os outros projetos mencionados, trabalhei como pesquisadora e coordenadora de campo dos *surveys* sobre vitimização e discriminação realizados na Parada do Orgulho LGBT do Rio (2003 e 2004).¹³ Como será visto, ambas as iniciativas têm papel bastante significativo na produção de dados que são apresentados como legitimadores de políticas especiais ou diferenciadas para LGBT. Cabe referir, no mesmo sentido, ter trabalhado para dois projetos do Grupo Arco-Íris, que concentra grande parte das lideranças do movimento LGBT carioca e que, em algumas situações, opera em estreita articulação com um órgão do aparelho administrativo do estado do Rio de Janeiro. Meu trabalho nessa organização trazia desconforto para alguns pelo fato de eu não possuir uma identidade coincidente com nenhum dos “segmentos LGBT”. Por esse motivo, eu era apresentada publicamente como uma “técnica” qualificada para o trabalho de pesquisa, não como uma ativista. Sendo assim, é possível afirmar que a minha própria inserção é representativa também de um movimento crescente de maior circulação de atores entre ativismo, academia e governo, ou do embaralhamento de posições, já que muitos ativistas vêm sendo absorvidos por novas esferas de *participação*.¹⁴ E grande parte da produção acadêmica tem sido articulada como instrumento de reivindicação política por esse ativismo.

Por conta dessa trajetória pregressa de algum grau de envolvimento com organizações e sujeitos que compõem parte do campo das “políticas LGBT” no Brasil e, em especial, no estado do Rio de Janeiro, o percurso metodológico trilhado pela investigação também traz essa marca. O trabalho de campo realizado, particularmente o que privilegia uma política conduzida na cidade do Rio de Janeiro, como será visto

entre pesquisadores, ativistas e gestores públicos, conectando agendas políticas – especialmente do movimento feminista e do movimento LGBT. Como será visto, ele tem papel bastante significativo no processo que me proponho a analisar neste livro. Carrara (2010) reflete sobre o papel do Centro nesse sentido.

¹³ Além do Rio de Janeiro, a pesquisa já foi realizada em São Paulo, Pernambuco, Porto Alegre e outras cidades da América Latina (Carrara et al., 2003, 2005, 2006, 2007).

¹⁴ Souza Lima (2007) identifica a alta circulação de quadros da academia, da administração pública e do movimento social em “processos contemporâneos de formação de Estado”.

mais adiante, esteve marcado pelo imbricamento de posições entre pesquisar e atuar no campo de produção de “sujeitos LGBT” no Brasil.

Em resumo, trata-se de considerar os sentidos que o tipo de debate que as pesquisas nas quais tenho trabalhado suscitam e a pertinência de certas categorias de reflexão e da experiência em diferentes contextos, como na academia, no ativismo e no governo.

DA EMERGÊNCIA DE UMA “POPULAÇÃO LGBT”

A pesquisa que deu origem a este livro teve início em um momento em que algo como uma “população LGBT” ainda soava estranho, e os seus contornos provocavam muitas dúvidas. Se as margens do que exatamente delimita os sujeitos que podem ou não ser incluídos nesse enquadramento continuam pouco claras – e, com sorte, nunca estarão –, o vocabulário, por sua vez, foi estabelecido. Creio que, ao final do livro, será possível perceber essa estabilização por meio da multiplicação de iniciativas e de políticas de governo que assumiram a “população LGBT” como o seu objeto de mobilização e intervenção nos últimos anos. Nesse sentido, cabe olhar para alguns antecedentes que podem lançar luz sobre o modo como se conformou o terreno sobre o qual essas políticas e iniciativas estão sendo desenvolvidas.

Da leitura extensa apresentada por Simões e Facchini (2009) dos processos de incorporação de “identidades” que desembocaram na atual denominação “Movimento LGBT”, para designar o que um dia já foi chamado “Movimento Homossexual Brasileiro”, ou “MHB”, podemos abstrair uma marcação temporal sucinta. Por meio de uma releitura do histórico dos encontros da militância, os autores percebem que, até 1992, eles eram chamados de “Encontro de Homossexuais”. Em 1993, o termo “lésbicas” foi incorporado; em 1995, a denominação utilizada foi “Encontro de Gays e Lésbicas”; e a reunião de 1997 ganhou a adesão do termo “travestis”. Apenas em 2005 os termos “transsexuais” e “bissexuais” foram incorporados, e também nesse ano foram formadas “redes de associações nacionais” para esses “segmentos”. Vemos então, nessa trajetória, um movimento

que começou majoritariamente composto por homens “gays” e que, ao longo da década de 1990, foi acrescentando e multiplicando o seu alfabeto de “identidades”.

Obviamente, todo esse processo é marcado por conflitos e contestações e apresenta muitas nuances que merecem ser acompanhadas. Entretanto, uma vez que já existe um conjunto de trabalhos que se debruçam sobre essa trajetória e que o foco desta pesquisa são os processos que viabilizaram a assunção de uma coletividade como uma “população” (Foucault, 2008) a ser administrada pelo governo brasileiro, não retomarei aqui um histórico pormenorizado do percurso de formação desse Movimento. Assim, recorro à periodização traçada por Facchini (2003, 2005), destacando aqui os momentos que mais nos interessam, quais sejam: aqueles indicados pela bibliografia como pontos de inflexão para a aproximação entre “movimento social” e “Estado”.

O final da década de 1970 é o período marcado pela bibliografia para a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro, estando essa data associada ao surgimento daquela que é considerada como a sua primeira organização política: o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em São Paulo em 1978.¹⁵ Outro marco apontado para o mesmo ano é o lançamento do jornal *O Lâmpião da Esquina*, “que teria um importante papel de articulação das primeiras iniciativas do movimento” (Facchini, 2003, p. 88).¹⁶

Facchini chama esse momento de “primeira onda”, quando as iniciativas do movimento político concentravam-se no eixo Rio-São Paulo e estavam bastante associadas ao contexto histórico-político da ditadura. A autora ressalta que a bibliografia que analisa esse período retrata uma ênfase “antiautoritária e comunitarista” presente nesses grupos, determinando o seu caráter “alternativo” e “libertário”. O início da década de 1980 é marcado, para alguns, pelo “declínio do movimento”.¹⁷

¹⁵ Para uma leitura do surgimento do MHB, feita particularmente por meio da trajetória do Grupo Somos, ver MacRae (1990). Já para um percorrido histórico mais amplo sobre a trajetória da “homossexualidade no Brasil do século XX”, ver Green (2000).

¹⁶ Para mais detalhes sobre a trajetória de *O Lâmpião da Esquina*, que encerrou as suas atividades em junho de 1981, além de Facchini (2005), ver Silva (1998).

¹⁷ De acordo com a bibliografia percorrida por Regina Facchini (2005), no início dos anos 1980 teriam sido identificados 22 grupos existentes no Brasil. Já em 1984 esse número teria caído para sete.

Esse esvaziamento teria sido provocado pelo surgimento da epidemia de Aids, que fez com que “as propostas de liberação sexual” fossem desmobilizadas e que muitas lideranças migrassem para a atuação na luta contra a doença, “criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia” (Facchini, 2005, p. 102). Há que se considerar ainda, naquele trágico período, o impacto da morte de figuras importantes desse movimento.

No entanto, a autora desloca esse tipo de afirmação sobre “o declínio do movimento” ao demonstrar que a diminuição do número de grupos esteve associada a uma profunda transformação condicionada pelo “período da abertura”. Em um momento inicial – a “primeira onda” – havia, antes de tudo, um inimigo comum: o ambiente repressor e autoritário ocasionado pela “ditadura”. O novo contexto colocado pela redemocratização exigiria que os grupos adaptassem o seu ideário e o estilo de sua militância. A essa mudança seria correlata uma passagem para a “ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário” (Facchini, 2005, p. 107). Essa nova ênfase marca uma alteração da compreensão sobre o que conta como atuação política: da aposta em uma “transformação social ampla, construída a partir da intimidade e do cotidiano”, passa-se à valorização de uma atuação mais pragmática, centrada na garantia de direitos civis e no combate à discriminação e à violência voltadas a homossexuais.

Segundo a autora, há também um foco crescente na institucionalização das atividades e preocupações, tais como “ter uma sede, bem como o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos” (Facchini, 2005, p. 115), e ainda um progressivo envolvimento com organizações do movimento em âmbito internacional. Esses aspectos prenunciariam as características distintivas que viriam a configurar a “segunda onda” do movimento. Então, apesar do número reduzido de grupos na segunda metade dos anos 1980, os que permaneceram atuando lograram mobilizar recursos fundamentais para o que viria a ser a nova fase de “reflorescimento” do movimento. Segundo Facchini (2003, p. 104), entre esses recursos estava “o apoio de diversos atores sociais, principalmente de associações

científicas, partidos políticos, parlamentares, juízes, exatamente num momento em que a associação de caráter negativo entre Aids e homossexualidade ainda era muito grande”.¹⁸

Nessa “segunda onda” emergente predominou ainda a tendência a afastar o caráter de marginalidade da homossexualidade, que, de certa forma, era valorizada na “primeira onda” devido ao seu então atribuído caráter “revolucionário” e “transformador” mais amplo. A preocupação agora seguiria mais na direção de afirmar uma imagem pública de legitimidade para a homossexualidade.

Facchini marcou o início dos anos 1990 como o período de reflorescimento do Movimento. A quarta e a quinta edições do Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, realizadas, respectivamente, em 1990 e 1991, contaram com a participação de apenas seis grupos, mas, na edição de 1992, foram 11 grupos. Em 1993, na sétima edição do evento, o número de grupos participantes subiu para 21, e, em 1995, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids, realizado em Curitiba, esse número saltou para 84. Naquele ano, os Encontros começaram a contar com o financiamento de programas governamentais de combate à Aids, e foi também essa edição do encontro que marcou a fundação da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGLT). Ainda em 1995, no Rio de Janeiro, aconteceu a 17.^a edição da Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA), o que marcou a inserção do movimento brasileiro em uma rede de circulação internacional. A partir daí, a autora destaca os efeitos do início do financiamento oriundo do combate à epidemia de Aids: a multiplicação de grupos e novas formas de organização e atuação.

Em 1992, o governo brasileiro firmou com o Banco Mundial um acordo para o desenvolvimento do Projeto de Controle da Aids, conhecido como AIDS I. Uma das orientações explícitas desse projeto

¹⁸ A partir da leitura dos trabalhos de Câmara (2002) e Silva (1998), Facchini aponta que algumas das bases constituintes das características principais de uma segunda fase, ou “segunda onda”, do Movimento começaram a ser delineadas ainda no início dos anos 1980, marcadas principalmente pela atuação do Grupo Gay da Bahia, liderado por Luiz Mott, e pelo Grupo Triângulo Rosa, liderado por João Antonio Mascarenhas.

era condicionar o desenvolvimento de suas ações à “parceria com a sociedade”. Esse momento marcou a multiplicação de investimentos na formação de quadros para atuar em ações de prevenção e assistência ao HIV/Aids, envolvendo atores da “sociedade civil”.

Das relações estabelecidas com as políticas de Aids, Facchini (2005, p. 165) destaca um aspecto bastante interessante:

Do ponto de vista do movimento homossexual, foi muito importante em todo esse processo o fato de que a classificação de ‘grupos de risco’, que incluía homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, há muito questionada por ser discriminatória, acabou se revertendo em justificativa da importância de traçar estratégias específicas para essas populações. Nesse sentido, o uso da noção de ‘educação por pares’ possibilitou que grupos com dificuldades de obtenção de recursos passassem a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais.¹⁹

Temos então que os desdobramentos das respostas à epidemia não só significaram o fortalecimento do movimento e a formação de novos grupos, mas também alimentaram a segmentação das identidades, uma vez que os financiamentos exigiam a definição de públicos-alvo bem delimitados.²⁰ Essa perspectiva colaborou para a definição dos “homossexuais” como uma “população” específica para a incidência de políticas.

¹⁹ Galvão (2000) identifica a repercussão internacional dessa visão dos “grupos de risco” a partir da ótica da violação de direitos humanos. Para a autora, foi esse tipo de identificação que fez com que grupos gays e redes de trabalhadoras do sexo se unissem à “ONG/Aids estrito senso” para a produção das “primeiras respostas” à epidemia (p. 84). A autora também analisa a importância da cooperação internacional para esse período não só alimentando e dando sustentação para a formação de grupos e ONGs, mas também introduzindo “prioridades e linhas de atuação” imiscuídas em noções sobre “desenvolvimento, saúde e direitos humanos”. Especialmente para as formas de atividades de enfrentamento da Aids no Brasil, a autora destaca, além do Banco Mundial, o papel da Fundação Ford.

²⁰ A respeito da “segmentação de identidades”, é importante ressaltar a influência do mercado especializado, que também empreendeu, a partir da década de 1990, uma expansão considerável que contribuiu para o efeito de produção e diferenciação de identidades e estilos. Para uma análise específica sobre essa dimensão, ver França (2006, 2012).

Como muito autores apontam, uma característica que marca o campo da Aids no Brasil é a circulação de atores entre diferentes esferas. As políticas de governo financiam iniciativas não governamentais, atores ligados a esses grupos e também a universidades, que são incorporados como quadros de agências de governo e de organismos internacionais.

A bibliografia que trata do assunto mostra que a epidemia de Aids marcou o cenário de aprendizado de certo fazer político-administrativo, tendo os grupos que se ajustar ao formato de ONG, trabalhar por projetos, disputar financiamentos e buscar recursos e canais de interlocução no interior dos governos. Em um sentido mais amplo, o impacto da Aids e a maneira como as respostas foram construídas transformaram profundamente o cenário das relações entre movimentos sociais e políticas governamentais.²¹

Outra dimensão significativa na virada dos anos 1990, que aparece na esteira da redemocratização notada por Simões e Facchini (2009), é a intensificação da aproximação e da “construção da legitimidade das temáticas LGBT” junto a partidos políticos. Os autores destacam que nos anos 1990 já existiam “setoriais LGBT” no PT e no PSTU, e que “nos anos 2000 começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos” (p. 139). Ainda na década de 1990, os autores ressaltam a proposição do projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo como um resultado positivo dessa articulação.²²

Facchini e França (2009) indicam que esse cenário de mudanças iniciado na década de 1990 está relacionado a um contexto mais amplo de alteração das formas de “operar políticas públicas no Brasil”. Essa dimensão será discutida na Parte I deste livro, na qual veremos que, em relação às conexões entre movimento LGBT e esferas governamentais, houve um progressivo deslocamento da ênfase nas questões de saúde para

²¹ Para algumas das reflexões que traçam esse panorama e, entre outros aspectos, realizam uma discussão aprofundada sobre o campo de respostas à Aids no Brasil, ver Parker (1994, 1997), Villela (1999), Galvão (2000), Ramos (2004), Castro e Silva (2005), entre outros.

²² O Projeto de Lei n.º 1.151 foi proposto pela então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) em outubro de 1995.

a expansão em outras direções ligadas à garantia de direitos humanos em sentido mais amplo. Cabe considerar que esses desenvolvimentos estão vinculados também à emergência de uma concepção dos direitos sexuais como direitos humanos. Embora uma dimensão comparativa de análise internacional desse processo pudesse ser incorporada, restrinjo-me, no escopo deste livro, às discussões suscitadas no interior do governo brasileiro, remetendo a esse plano quando for diretamente pertinente à análise²³. Gostaria apenas de pontuar uma observação feita por Carrara (2010). Ao considerar o processo de desvinculação da sexualidade de questões relativas à saúde ou à demografia, em correlação à sua autonomização como um plano específico de exercício de direitos, o autor destaca como a luta pelos chamados "direitos LGBT" no Brasil tem se dado em relação a esse plano: "Conforme construídos contemporaneamente no Brasil, direitos sexuais se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais" (Carrara, 2010, p. 135).

Nesse sentido, o autor nota que muitas das principais pautas de reivindicação da atualidade guardam pouca relação direta com sexualidade e concentram-se em questões como direitos previdenciários, adoção e mudanças de registro civil. A inclusão desses direitos sob o guarda-chuva dos direitos sexuais vincula-se a uma interpretação segundo a qual processos sociais e políticos de discriminação privam determinados sujeitos de acessá-los. Esse quadro poderá ser notado ao longo das próximas páginas.

²³ Vianna e Lacerda (2004) apresentam um panorama dos direitos e das políticas relacionadas à sexualidade no Brasil e, entre outros aspectos, fornecem uma síntese que reflete parte da trajetória dos direitos humanos e dos direitos sexuais no plano internacional. Corrêa (2006) aponta os reverses e os contrasensos inscritos na discussão teórica e política a respeito dos chamados "direitos sexuais", expondo enfaticamente a resistência no debate internacional no sentido de que, no âmbito de tratados e convenções internacionais (em especial, Cairo e Pequim), o avanço dos "direitos sexuais" das mulheres não resultou em "avanços equivalentes no que se refere aos direitos da diversidade sexual (homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, trabalhadoras e trabalhadores do sexo)" (p. 103). Parte da discussão contemporânea que se dedica a analisar os impasses, os avanços e as contradições do que se convencionou chamar de "direitos sexuais" e seus desdobramentos, como os "direitos da diversidade sexual" ou os "direitos da pessoa LGBT", nesse plano, pode ser encontrada em Rios (2008, 2010) e Szasz e Salas (2008).

ESCOLHAS E QUESTÕES DA PESQUISA

O período de análise coberto pela investigação mais sistemática teve início no ano de 2008, a partir da convocação da I Conferência Nacional LGBT, e final em dezembro de 2011, data em que ocorreu a II Conferência Nacional LGBT. Partindo do entendimento de um campo em processo, a pesquisa se desenvolveu em torno de dois eixos de questionamento derivados de um objetivo geral mais amplo: analisar alguns dos processos sociais e políticos que tornam possível a construção da população designada, no momento, LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.

Para o desenvolvimento de tais eixos, é preciso estabelecer a concepção de estado por meio da qual a investigação foi estruturada, pois a proposta conceitual assumida de princípio foi fundamental para determinar os modos de fazer da etnografia. Sendo assim, trabalho com uma abordagem que prevê o “Estado” não como uma dada unidade coesa, mas que busca justamente investir na análise de processos de criação e recriação de morfologias do estado-governo, ou seja, “recuperar a dimensão de representação no sentido performático e figurativo da administração pública” (Souza Lima, 2002); e indagar como certos “direitos” corporificam certas “identidades” e vice-versa e quais as formas de administração pública acionadas para determinados segmentos em detrimento de outras.

Essa perspectiva está ancorada na proposta de Elias (2006) ao tratar do caráter inacabado e contínuo dos processos sociais e, necessariamente, dos “processos de formação de Estado”. Isso implica uma aproximação dinâmica do sistema estado-governo de seus processos e regimes de produção e funcionamento, de forma que permita olhar para “relações de poder mutantes entre diferentes grupos sociais”.

Assumo a perspectiva de não encarar o “Estado” como dado, mas, a cada passo da pesquisa, procurar o sentido imiscuído em práticas e enunciados nos quais este apareça encarnado. Como espero que fique claro ao longo do livro, o estado pode significar e estar significado em múltiplos lugares, objetos e pessoas. Sigo as proposições de Abrams (1988 [1977]), nas quais uma conceituação instrumental postula um

“estado-sistema”, significando a prática e a estrutura institucional, que pode ser compreendida como a administração. De acordo com Abrams, o estado reificado ganha progressivamente uma identidade abstrata desvincilhada da prática:

I'm proposing only that we should abandon the state as a material object of study whether concrete or abstract while continuing to take the idea of state extremely seriously. The internal and external relations of political and governmental institutions (the state-system) can be studied effectively without postulating the reality of the state (1988, p. 75).

O esforço empreendido por Philip Abrams oferece um conjunto sofisticado de provocações para uma análise do estado. Mais do que apenas afirmar a sua dimensão ideológica ou ilusória, sua proposta é a de manter a atenção para esse aspecto como foco de uma interrogação profunda a partir não da busca de uma estrutura fundamental oculta, mas da compreensão das práticas políticas por meio das quais o estado é forjado como tal. O estado como prática, o “estado-sistema”, seria a forma por meio da qual o “estado-ideia” é construído²⁴.

Seguir essa abordagem significa compreender o “Estado”, com letra maiúscula, como o efeito de uma imaginação compartilhada. Nenhuma aproximação teórica pode desconsiderar a eficácia dessa imaginação. O “Estado” como substância dotada de coerência e unidade conforma uma poderosa abstração com efeito de aparato externo à sociedade (Mitchell, 2006)²⁵.

Nesse sentido, o *fazer-se no Estado* de que fala o título deste livro procura chamar a atenção não só para as formas por meio das quais o estado produz os sujeitos que governa (administra), mas também para o processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo

²⁴ “In sum: the state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practice as it is” (Abrams, 1988, p. 82).

²⁵ “We must analyse the state as such a structural effect. That is to say we should examine it not as an actual structural, but as the powerful, apparently metaphysical effect of practices that make such structures appear to exist” (Mitchel, 2006, p. 180).

contínuo de produção do próprio estado²⁶. A perspectiva adotada foi a de olhar para ações da administração pública praticadas por governos específicos, mas sem perder de vista a dimensão do “Estado” como ideia e ideal totalizante e sempre inconcluso.

Atentar para a dimensão ilusória do estado não significa que desempenhos e aparatos institucionais da administração governamental não possam ser investigados e analisados, mas o oposto disso. Nesse sentido, procuro seguir a proposição de Antonio Carlos de Souza Lima, segundo a qual olhar para o “fazer do Estado” é encarar “as dimensões de processo, fluxo e performance, não apenas aquelas apreensíveis pela via das análises dos grandes rituais e eventos, mas também a da sua atualização cotidiana numa miríade de ações estereotipadas e rotinizadas [...]” (Souza Lima, 2012, p. 561)²⁷.

O primeiro dos dois eixos de questionamento que orientaram o desenvolvimento da pesquisa voltou-se para a *dinâmica própria de constituição de direitos para determinados sujeitos*. Em torno desse eixo da investigação articulam-se algumas questões: Quem são os sujeitos desses direitos? Como diferenças múltiplas podem ser articuladas em termos de reivindicação de direitos? Por meio de que mecanismos certas marcas sociais são reconhecidas como tendo mais relevância do que outras ou em detrimento de quais outras? Como o entrecruzamento complexo de marcadores da diferença que perpassam os sujeitos (Brah, 2006) é convertido em sistemas de classificação objetivos ou que se pretendem objetivos? Ou como eixos de classificação sempre contingentes, contextuais e relacionais são produzidos, objetivados e cristalizados na produção governamental de políticas direcionadas para determinados sujeitos? Aqui coube investigar como se dá a manipulação de certas

²⁶ Para uma série de reflexões que adotam essa perspectiva, ver o dossiê organizado por Antonio Carlos de Souza Lima, “Fazendo o Estado”, publicado na *Revista de Antropologia*, USP, v. 55, n. 2, 2012. As leituras de alguns desenvolvimentos anteriores também foram fundamentais para desenhar a perspectiva adotada neste livro: além da coletânea já citada, organizada por Souza Lima (2002), destaque Vianna (2002) e Lugones (2009).

²⁷ Tal concepção permite uma abordagem em que “os centros simbólicos e de exercício de poder não necessariamente coincidem e operam racionalmente, e toda a panóplia dos múltiplos exercícios de poder contidos num certo território definido como soberano tem tanta importância quanto os pequenos rituais, os jogos linguísticos cotidianos, as crenças pelas quais a *cives* se faz *polis*” (Souza Lima e Castro, 2008, p. 371).

categorias, assim como as figuras sociais que funcionam como escape, ou que escapam, dos enquadramentos mais simples.

É também pertinente analisar a dinâmica entre demandas por reconhecimento – com foco em políticas de identidade – como uma iniciativa do movimento social e, ao mesmo tempo, o quanto essa demanda é provocada pelas próprias morfologias e rotinas administrativas de governo. Falando de outra forma, podemos pensar que, por vezes, certas estratégias de ação incorporam determinadas identidades como figuras legítimas de reivindicação; outras vezes, cria-se uma reivindicação legítima, e procuram-se identidades a ela adequadas.

Entrando no âmbito das políticas governamentais direcionadas para determinadas populações, cabe atentar para a imposição de “categorias de pensamento” e compreensão imiscuídas em rotinas administrativas de governo²⁸. A dimensão performativa envolvida em processos de formação de estado é explorada de maneira bastante elucidativa por Blázquez (2012). O autor recorre a Judith Butler (1997)²⁹ ao elaborar uma abordagem que compreende o estado como o “efeito performativo de um conjunto de práticas repetidas e repetíveis, citadas e citáveis, que através de sua interação criariam tanto as redes cooperativas que fariam o trabalho administrativo do Estado como a ficção de sua existência” (Blázquez, 2012, p. 740).³⁰ A proposta é tomar a fabricação de identidades como efeito de práticas discursivas. E parte dos processos de estado é justamente apagar os traços dessa fabricação.

²⁸ Bourdieu (1996) lembra que um dos principais poderes do estado é a capacidade de produção das “categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente para todas as coisas do mundo”: “Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado [...]” (p. 91). “[P]orque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-se ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural” (p. 95).

²⁹ A dimensão performativa citacional é acionada por Butler (1997), a partir de uma leitura de Austin (1962), na qual essa dimensão significa que a emissão do enunciado não é apenas dizer algo, mas também a realização de uma ação. A repetição estilizada de discursos e enunciados performativos tem o efeito de produzir sentidos, ainda que contingenciais, práticas discursivas que produzem um efeito de verdade.

³⁰ Tradução minha.

Nesse sentido, as provocações elaboradas por Judith Butler (2008 [1990]) a respeito da categoria “mulheres” como “o sujeito” do feminismo oferecem expressivos aportes para a compreensão de formas de construção de sujeitos políticos. A autora indaga se haveria uma forma política de sujeito que preceda a elaboração de seus interesses ou que anteceda as “práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (Butler, 2008, p. 207). As afirmações de Butler nos permitem olhar para as “identidades” que conformam “sujeitos inteligíveis” não como fixas ou fundantes, mas como o efeito resultante de práticas culturais e políticas configuradas por meio de regras determinadas.

Nesse ponto está situado o segundo eixo de questões da presente investigação, que se detém sobre *táticas e estratégias de organização e performances do fazer político*, envolvendo a replicação de formatos desse mesmo fazer entre movimentos sociais, disputas internas aos próprios movimentos e circulação desses formatos para os cenários governamentais. Nesse trajeto, cabe indagar a respeito da formulação de linguagens e desempenhos específicos, tidos como mais estratégicos e eficazes, a serem manejados pelos atores em distintos momentos e de acordo com cada contexto e interlocutor. Cunhar um vocabulário próprio, a ser compreendido como legítimo para tratar as “especificidades” e dominar o seu correto manejo, cria um espaço negociado que orienta a constituição de alianças e a produção de diferenças, indicando quais são os atores que estão mais ou menos inseridos no jogo político de disputas representacionais do campo dos direitos.

Procuró assim acompanhar como certos sujeitos são forjados no entrelaçamento de determinados direitos e vice-versa. A produção da representação de uma coletividade como sujeito político relaciona-se ao acionamento da polissemia de linguagens que compõe “o fazer e o desfazer dos direitos”, para usar a expressão de Vianna (2013).³¹

³¹ Com “o fazer e o desfazer”, Vianna (2013, p. 15) procura chamar a atenção tanto para “a dimensão de ação social dos ‘direitos’ – seja como normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção de posicionamentos de sujeitos morais e políticos – quanto para sua dimensão processual e dinâmica”.

Uma das proposições que orientam as análises empreendidas a partir de um campo que mobiliza a construção de direitos relacionados à sexualidade e ao gênero é bem resumida por François Ewald (1993). Ao analisar o trabalho de Foucault (1988), o autor expõe um de seus postulados relativos aos enunciados discursivos presentes nos emaranhados da articulação poder-resistência: “a propósito das lutas de liberação sexual, estas são de fato lutas, mas cujos temas, objetivos e alvos estão penderes das relações de poder em que se encontram enredadas e que elas combatem” (Ewald, 1993, p. 13).

Assim, dispositivos e formatos administrativos de operação acionados para a legitimação de direitos específicos para a “população LGBT” são compreendidos a partir desse pano de fundo. A fim de olhar para um campo em processo de constituição e de categorias dinâmicas em desenvolvimento, algumas escolhas metodológicas foram sendo produzidas ao longo da investigação. Uma delas foi a de focar pontos de interseção entre sujeitos localizados em diversas instâncias, buscando igualmente acessar diferentes níveis de compreensão de relações que se desenvolvem, por sua vez, em planos distintos.

Ao enfatizar as *relações* entre os elementos que compõem o campo da pesquisa, buscou-se perceber como o “Estado” se movimenta e se produz, as formas por meio das quais a burocracia se organiza e como categorias são negociadas em diferentes contextos no interior de um processo dinâmico. Trata-se, enfim, de tomar como espaço de pesquisa a interseção entre os próprios elementos que transitam pelo campo que vem legitimando a coletividade LGBT, incluindo não apenas pessoas, mas também documentos e outros elementos como agentes que circulam na trama. Nesse sentido, a abordagem metodológica foi pensada de maneira a envolver diferentes entradas de análise. A proposta foi a de abarcar algumas das formas e expressões das políticas de visibilidade inerentes a determinados mecanismos de afirmação de uma coletividade e as estratégias de argumentação circuladas por diferentes sujeitos envolvidos na trama processual de forjar uma população determinada. Por fim, buscou-se compreender algumas formas efetivas por meio das quais a gestão dessa população é levada a cabo.

Cabe ressaltar que olhar para tramas de relações nas quais circulam pessoas, ideias, conceitos e objetos não significa olhar para tramas estabilizadas, mas o oposto disto. As tramas enfocadas aqui são compreendidas como móveis e mutantes, abarcando distintos modos e tipos de sedimentação. Sendo assim, foram eleitas três entradas de análise para o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira entrada baseou-se no levantamento de *documentos* relevantes para o processo de construção da “população LGBT” para o governo brasileiro. Fazem parte do conjunto de documentos percorridos ao longo da pesquisa: programas e planos de governo, anais de eventos, decretos, portarias, normativas, ofícios e cartilhas. Desse conjunto, alguns foram considerados mais centrais para a análise, concentrando-se no período delimitado para a investigação – 2008 a 2011. Entretanto, algumas peças exteriores a esse marco temporal funcionam como contraposição e contextualização fundamental, como, por exemplo, as três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o programa federal Brasil Sem Homofobia (2004).

Considero os documentos como peças de “precipitação de relações” (Ferreira, 2011) estabelecidas entre os atores e os elementos que constituem o campo dos “direitos LGBT”. Assim, interesse-me por buscar os sentidos imiscuídos em documentos institucionalizados pelo governo, bem como alterações, inclusões e exclusões de conteúdo e forma ocorridas ao longo do tempo. Na análise dos documentos, a proposta foi percorrer o processo de formatação da chamada “população LGBT” no decorrer dos anos, especialmente no período pós-I Conferência Nacional LGBT, quando a formulação e a implantação de políticas se intensificam.

A segunda entrada de análise teve como foco a *observação de eventos* como seminários, congressos, conferências, encontros, reuniões e palestras, além de audiências públicas levadas a cabo no Congresso Nacional. Um dos objetivos de olhar para eventos desse tipo foi perceber atores e redes em interação e tramas em formação. Em geral, foram selecionados espaços onde estavam representados “academia/universidade”, “ativismo/militância” e “governo/estado”. Muitas vezes, esses termos não funcionam como categorias nas quais podemos

enquadrar de maneira simples os atores desse campo, que amiúde circulam e são forjados nessas diferentes instâncias. No entanto, ou justamente por isso, são categorias que podem ser utilizadas para compreender e problematizar as relações estabelecidas entre esses domínios e como eles próprios se constituem, ou se constituem uns aos outros.

Essa entrada também trouxe rendimento para a compreensão, como exposto anteriormente, das *táticas e estratégias de organização e performances do fazer político*. Tais estratégias envolvem o manejo de concepções a respeito de gênero, sexualidade, raça, etnia e outros marcadores sociais de diferença como formas de legitimação de reivindicações. Nesse âmbito, há uma dupla inscrição a ser avaliada: o irredutível das experiências particulares e a lógica pragmática subjacente a formatos de funcionamento de estado que geralmente exigem enquadramentos bastante específicos para o direcionamento de ações e políticas.

Finalmente, a terceira entrada de análise concentrou-se na *observação detida* da implantação de um serviço e do esforço de construção de uma política de governo. Trata-se do acompanhamento da implantação do programa Rio sem Homofobia, uma espécie de versão estadual do programa federal Brasil sem Homofobia.

Durante essa observação, acompanhei, entre outras ações, parte do processo de implantação de Centros de Referência de Promoção da Cidadania LGBT, processo coordenado pela já citada SuperDir, da estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em consonância com a proposição mais geral de refletir sobre “processos de formação de Estado”, um dos rendimentos desse foco de atenção abarca a ideia do quanto certas demandas são provocadas pelas próprias rotinas administrativas de governo e permite pensar em formatos de administração acionados para gerir determinadas “populações”. Aqui, retóricas e ações políticas, bem como protocolos de funcionamento burocrático, podem ser “estranhadas” de maneira a tornar possível a reflexão sobre as relações que são estabelecidas com

aquilo que se costuma chamar de “Estado”. Além disso, a noção de “trama institucional” desenvolvida por Gregori (2000) nos ajuda a perceber “uma rede formada por uma gama de instituições e atores, cuja trama, por sua vez, também revela a existência de conflitos” (p. 166).

Vale destacar que foi uma opção não privilegiar a realização de entrevistas formais para o desenvolvimento da investigação e que a maior parte do trabalho reflexivo aqui apresentado está ancorada na experiência em campo. Nesse sentido, esta é uma etnografia afetada desde o princípio pela inserção da pesquisadora no campo e por relações pessoais e profissionais que, obviamente, dizem sobre aquilo que pode ser visto e compreendido a partir de um lugar bastante específico e, logicamente, também traz a marca de todos os não vistos, não ditos e inobserváveis desse mesmo posicionamento.

ESTRUTURA DO LIVRO

O que aqui se apresenta está estruturado em três partes. Alguns parágrafos acima, anunciei que esta pesquisa teve início com a mobilização criada em torno da realização da I Conferência Nacional LGBT, e este é o ponto de partida da Parte I: “A delegação e a crença no Estado”. Após a realização dessa primeira conferência, um ativista declarou em uma lista de discussão: “É aquela coisa, mesmo a primeira conferência nacional tendo ficado 96% no papel, se fará a segunda e já se fala na terceira. Não sei pra quê”. Procurei indicar situações como as das conferências como um evento-ritual de produção de uma imagem de “Estado” que necessariamente também é produtora dos elementos e dos sujeitos que a compõem. Assim, no capítulo 1, exploro esses eventos por meio de uma análise comparativa interessada, ressaltando questões que me chamaram a atenção durante essas ocasiões e que funcionaram como um norte tanto para as questões iniciais que mobilizaram a pesquisa – quando ainda em formato de projeto – quanto para a estrutura de redação final da tese que deu origem a este livro. No capítulo 2, percorro alguns documentos produzidos pelo governo

federal que elegi como peças fundamentais para a compreensão do contexto que tornou possível a mobilização desses eventos.

A Parte II, "Sujeitos em processo e argumentos em circulação", trata de acompanhar a produção discursiva que envolve a constituição de uma "população" específica como sujeitos de direitos. Assim, no capítulo 3, são exploradas algumas das estratégias de visibilidade forjadas com o objetivo de emprestar legitimidade para tais sujeitos e também algumas das principais tentativas de regulação de "direitos LGBT" acompanhadas durante a pesquisa de campo. Procuo, dessa forma, explorar as argumentações que as justificam, bem como aquelas veiculadas por seus opositores. O capítulo 4 divide-se em três seções. A primeira trata da relação entre diferentes demandas e formatos administrativos forjados para encaminhá-las; a segunda se volta para as inflexões particularmente relacionadas ao "T" da coletividade "LGBT", procurando destacar algumas "perturbações de gênero" desestabilizadoras de convenções que percorrem determinadas "tramas institucionais"; a terceira seção do capítulo aborda alguns dos conflitos e das disputas internas aos diferentes "segmentos" reunidos sob a "população LGBT" e que nos permitem refletir sobre dinâmicas de produção e afirmação de identidades políticas.

A Parte III, "Da proposição à execução", volta-se para a contextualização e a descrição de parte do processo de implantação de uma política específica voltada para a "população LGBT". Destaco, especialmente, as relações que envolveram atores ligados à "academia", ao "ativismo" e à "gestão pública", no processo de construir as rotinas administrativas necessárias à gestão cotidiana desses "novos" sujeitos.

Ao longo do texto são feitas referências a eventos e à publicação de documentos tidos como marcos para o processo de consolidação da "política LGBT" no Brasil. No Anexo A, encontra-se uma linha do tempo na qual esses "marcos" podem ser visualizados em sequência. O Anexo B apresenta uma tabela com os principais eventos observados durante a pesquisa de campo, no período entre 2008 e 2011. Já o Anexo C traz alguns dos documentos selecionados para a análise e referenciados no corpo do texto.

Para a redação deste livro, poderia ter sido feita a escolha de utilizar termos que sugerissem ao leitor a relativização de identidades absolutas,

como “sexualidades ou expressões de gênero não normativas”. No entanto, resolvi me ater aos próprios termos circulados pelo campo. Uma vez que a pesquisa se debruçou justamente sobre a eficácia da produção de uma categoria particular de sujeitos, gostaria que o leitor tivesse em mente que, quando no texto surgem expressões como “população LGBT”, “pessoas LGBT”, “política LGBT” ou “direitos LGBT”, não as estou assumindo como categorias absolutas, mas seguindo os termos circulados ao longo do processo de legitimação política desses sujeitos.

Este livro é uma versão pouco modificada da tese de doutorado defendida em fevereiro de 2014. Algumas informações foram atualizadas, mas, em geral, o texto se refere a ações e eventos sistematizados até dezembro de 2013.